

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.709.058 - RS (2017/0276064-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : NELSON TAVARES**  
**ADVOGADO : JOÃO VICENTE FEREGUETE - RS061101A**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 200):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VISÃO MONOCULAR. ISENÇÃO. LEI Nº 7.713/1988. MARCO INICIAL DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

- Hipótese em que o contribuinte formula o pedido de repetição inicialmente na via administrativa, portanto, a data deste requerimento será o marco a ser considerado para o direito à repetição. Assim sendo, o direito à repetição do indébito deve retroagir ao quinquênio antecedente ao protocolo administrativo de restituição.

- No caso, a demanda foi ajuizada em 20/05/2015, e a parte autora refere que o pedido administrativo foi protocolado em dezembro/2006, contudo, não consta dos autos documento que demonstre essa alegação. A prova mais remota nesse sentido - ou seja, que demonstra iniciativa da parte na via administrativa para fins de isenção do IRPF - corresponde à Comunicação de Parecer de Inspeção de Saúde, de 05/05/2008. Destarte, adota-se como marco inicial para a contagem a data de 05/05/2008, estando prescritas as parcelas anteriores a 05/05/2003, e não a dezembro/2006, como reconhecido na sentença.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 219-223.

O recorrente alega violação dos artigos 489, §1º e 1.022, do CPC/15, 168, I c/c 165, *caput* e 174, do CTN. Argumenta que i) a Corte de origem não se manifestou a respeito das questões suscitadas nos embargos de declaração e ii) não há previsão legal no sentido de que o mero pedido administrativo, quanto mais, no caso, a Comunicação de Parecer de Inspeção de Saúde, tenha o condão de interromper a prescrição.

Contrarrazões às fls. 243-271.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 274.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo ou 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

A sustentada ofensa ao artigo 489, § 1º, do CPC/2015 também não merece guarida, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação

# *Superior Tribunal de Justiça*

jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

O recorrente, ao indicar ofensa ao arts. 168, I c/c 165, *caput* e 174, do CTN, e direcionar a sua tese no sentido de que "não há, portanto, previsão legal no sentido de que **o mero pedido administrativo**, quanto mais, no caso, a "Comunicação de Parecer de Inspeção de Saúde", por si, também tenha o condão de interromper a prescrição." (fl. 234), deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "a prova mais remota nesse sentido - ou seja, que demonstra iniciativa da parte na via administrativa para fins de isenção do IRPF - **corresponde à Comunicação de Parecer de Inspeção de Saúde**, de 05/05/2008." (fl. 198).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese/ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso e, **nessa extensão, nego-lhe provimento**.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator